

estudos e pesquisas

Ano II – Nº 14 – Novembro de 2005

A mulher negra no mercado de trabalho metropolitano: inserção marcada pela dupla discriminação



A mulher negra no mercado de trabalho metropolitano: inserção marcada pela dupla discriminação

A inserção das mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro é nitidamente desvantajosa, ainda que sua participação na força de trabalho seja mais intensa que a de mulheres não-negras. A presença da discriminação racial se acumula à ausência de equidade entre os sexos, aprofundando desigualdades e colocando as afrodescendentes na pior situação quando comparada aos demais grupos populacionais – homens negros e não-negros e mulheres não-negras. Elas são a síntese da dupla discriminação de sexo e cor na sociedade brasileira: mais pobres, em situações de trabalho mais precárias, com menores rendimentos e as mais altas taxas de desemprego.

A persistência deste cenário no biênio 2004-2005 foi constatada pela PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego –, que é realizada pelo convênio entre o DIEESE e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), governos locais e Ministério do Trabalho e Emprego/FAT, em seis regiões brasileiras (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Distrito Federal).

Necessidade de trabalhar e elevado desemprego

A proporção de negras com idade igual ou superior aos 10 anos de idade na População Economicamente Ativa em comparação com a de mulheres não-negras, é substancialmente maior. Este quadro, identificado pela constância de taxas de participação mais elevadas para as afro-brasileiras, aponta a maior dependência que o segmento negro feminino mantém em relação ao trabalho.

No biênio 2004-2005, a diferença de intensidade nas taxas de participação da força de trabalho feminina foi maior nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, de Belo Horizonte e de Porto Alegre, nas quais a presença de mulheres negras foi superior em 3,6, 3,4, e 3,1 pontos percentuais (pp) a de não-negras. De maneira menos acentuada, essa situação foi encontrada em Salvador e Recife, onde esse diferencial foi de 1,8 pp e 1,0 pp, respectivamente.

TABELA 1
Taxa de participação da população negra e não-negra por sexo
Regiões metropolitanas e Distrito Federal – Biênio 2004-2005

(em %)

Períodos e Regiões	Total	Cor e Sexo					
		Negra			Não-negra		
		Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Belo Horizonte	60,3	61,0	55,0	67,7	59,2	51,6	68,1
Distrito Federal	64,4	65,0	59,3	71,4	63,3	57,3	71,1
Porto Alegre	57,6	58,1	52,3	64,9	57,6	49,2	66,9
Recife	51,5	51,8	43,1	61,9	50,8	42,1	61,8
Salvador	61,4	61,5	55,3	68,7	61,0	53,5	70,1
São Paulo	63,6	64,6	57,6	72,3	63,0	54,0	73,0

Fonte: DIEESE/SEADE e entidades regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Obs: a) Cor negra = pretos + pardos. Cor não-negra = brancos + amarelos.

b) Taxa de Participação Específica = $100 \times (\text{PEA com os atributos específicos}) / (\text{PIA correspondente})$.

c) Dados apurados entre janeiro de 2004 e setembro de 2005.

A vivência das afrodescendentes no mercado de trabalho tem sido sistematicamente frustrada por elevadas taxas de desemprego. Em um contexto de baixo crescimento econômico, como o ocorrido entre 1998 e 2003, a escassez de oportunidades de trabalho foi sentida de maneira mais aguda pelas trabalhadoras negras. Em uma conjuntura menos adversa, com a que vem caracterizando o biênio 2004-2005, entretanto, não se observou melhora substancial desta situação.

Em Porto Alegre – que possui uma das mais baixas taxas de desemprego total do país, situada em 15,4% no biênio 2004-2005 – o diferencial observado para esse indicador entre os homens não-negros (11,9%) e as mulheres negras (25,7%) alcançou 13,8 pp. Uma explicação rápida e superficial para a segregação sofrida pelas afro-brasileiras nesta região talvez tentasse se sustentar no fato de este grupo ser minoritário no sul do país. (Tabela 2).

Essa explicação, no entanto, não poderia ser aplicada à Grande Salvador, onde a maioria dos trabalhadores é negra. Porém, naquela região foi encontrada a expressiva diferença de 14,0 pp entre as taxas de desemprego para as mulheres negras (29,2%) e para os homens não-negros (15,2%). Por fim, essa diferença persiste em todas as demais regiões: São Paulo (11,6 pp), Distrito Federal (11,0 pp), Belo Horizonte (10,2 pp) e Recife (9,1 pp).

TABELA 2
Taxas de desemprego da população negra e não-negra, segundo sexo
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – Biênio 2004-2005
(em %)

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Total	Cor e Sexo					
		Negra			Não-negra		
		Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Belo Horizonte	18,4	20,3	23,3	17,6	15,5	18,2	13,1
Distrito Federal	20,2	21,6	24,6	18,8	17,4	21,1	13,6
Porto Alegre	15,4	22,1	25,7	18,6	14,5	17,7	11,9
Recife	22,9	23,4	26,8	20,8	21,3	25,6	17,7
Salvador	25,2	26,3	29,2	23,7	18,0	21,0	15,2
São Paulo	18,1	22,0	25,1	19,3	15,8	18,5	13,5

Fonte: DIEESE/SEADE e entidades regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Obs: a) Cor negra = pretos + pardos. Cor não-negra = brancos + amarelos.

b) Dados apurados entre os meses de janeiro de 2004 e setembro de 2005.

Trabalho vulnerável e baixos rendimentos

De maneira geral, mais de um terço dos ocupados nas seis regiões pesquisadas pela PED encontram-se em situação vulnerável de trabalho, isto é, são assalariados sem carteira assinada, autônomos que trabalham para o público, trabalhadores familiares não-remunerados ou empregados domésticos. Com a recuperação econômica dos últimos dois anos, esta proporção vem se reduzindo, indicando que houve tênue processo de formalização desses mercados.

Contudo, as informações apuradas para o período 2004-2005 reiteram que entre os trabalhadores negros é maior a proporção de ocupados em situações vulneráveis, variando de 43,2% - em Salvador – a 32,8% - no Distrito Federal. Já entre os não-negros, esses patamares ficam situados entre 35,6%, em Recife e 23,9%, no Distrito Federal.

Para o contingente feminino ocupado também é alta a proporção daquelas que se encontram nesta situação. No entanto, é significativamente maior a presença das negras em formas de inserção menos protegidas. Em Salvador, Recife e São Paulo este percentual ultrapassou os 50,0% das ocupações preenchidas por mulheres negras no biênio analisado.

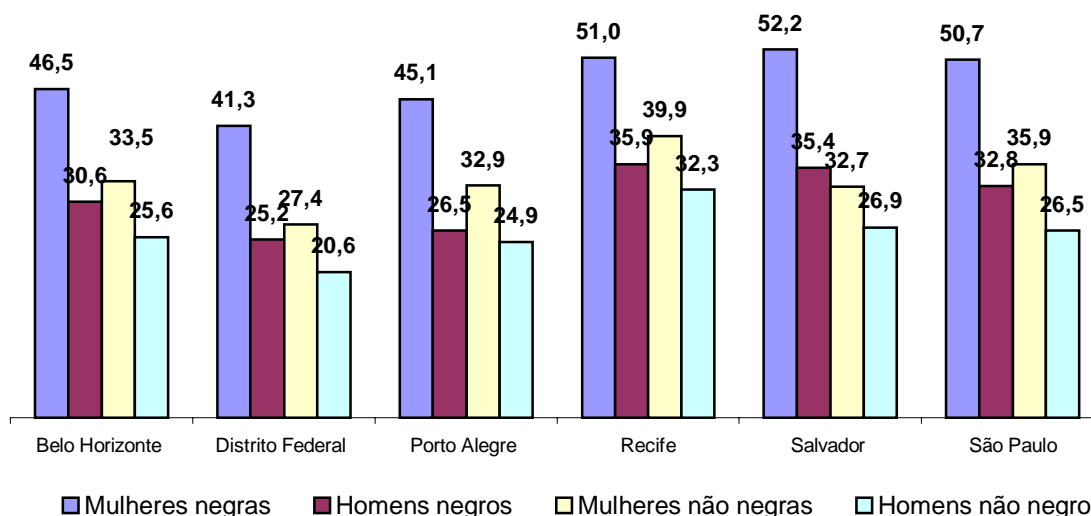
A evolução recente dos percentuais de formalização tem contribuído para reduzir as disparidades existentes entre a qualidade dos postos de trabalho de negros e não-negros. A eliminação dessas diferenças, porém, continua a requerer esforço social

considerável. Exemplo disso é a situação encontrada em 2004 na Região Metropolitana de Salvador, onde mais metade das trabalhadoras negras (52,2%) encontrava-se em ocupações vulneráveis, diante de uma parcela de 26,9% dos homens não-negros – Gráfico 1.

Os maiores percentuais de vulnerabilidade da mulher negra no universo dos trabalhadores ocupados se explicam, sobretudo, pela intensidade de sua presença no emprego doméstico. Esta atividade, tipicamente feminina, é desvalorizada aos olhos de grande parte da sociedade, caracterizando –se pelos baixos salários e elevadas jornadas, além de altos índices de contratação à margem da legalidade e ausência de contribuição à previdência.

GRÁFICO 1
Proporção dos ocupados negros e não-negros em situação de vulnerabilidade⁽¹⁾, por sexo
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - Biênio 2004/2005

(em %)



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED- Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui os assalariados sem carteira de trabalho assinada, os autônomos que trabalham para o público, os trabalhadores familiares não remunerados e os empregados domésticos

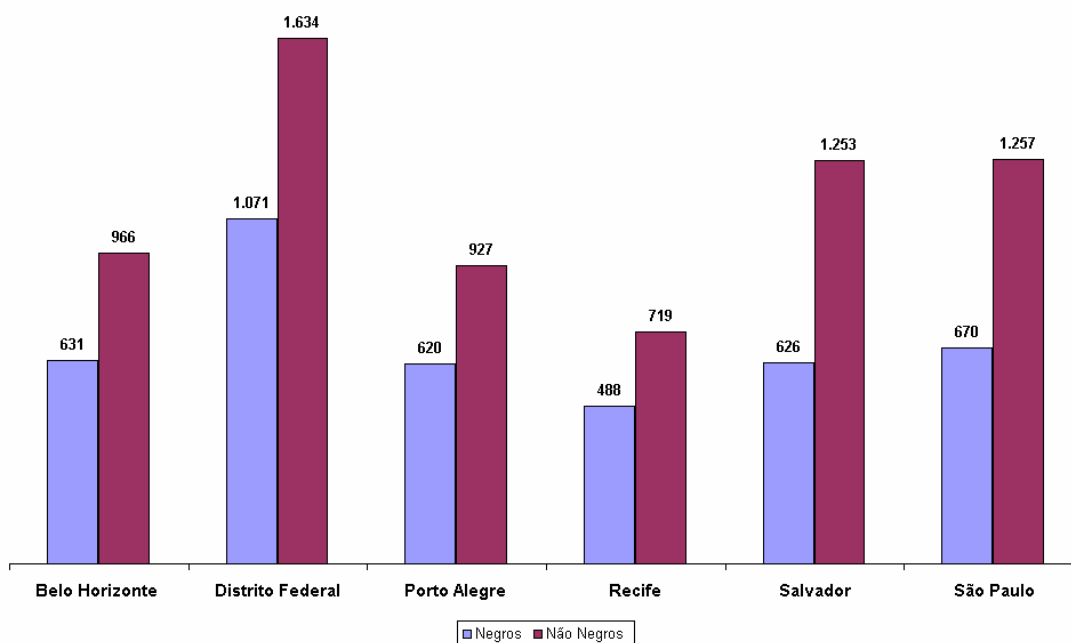
Obs: a) Cor negra = pretos + pardos. Cor não-negra = brancos + amarelos

Engajados em maior proporção em ocupações caracterizadas pela vulnerabilidade, a despeito de melhorias provocadas pela conjuntura mais favorável, os trabalhadores negros seguem obtendo remunerações substancialmente mais baixas do

que as auferidas pelos não-negros. Em 2004-2005, nas regiões metropolitanas de Salvador e de São Paulo, o valor recebido pelos negros equivalia aproximadamente à metade do ganho pelos não-negros: 50,0% e 53,3%, respectivamente - Gráfico 2.

GRÁFICO 2
Rendimento médio real mensal dos negros e não-negros, segundo sexo
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – Biênio 2004/2005

(em R\$ de agosto de 2005)



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED- Pesquisa de Emprego e Desemprego
 Elaboração: DIEESE

Obs: a) Cor negra = pretos + pardos. Cor não-negra = brancos + amarelos

b) Índices utilizados: IPCA-BH/IPEA, INPC-DF-IBGE, IPC-IEPE/RS, INPC-RMR/IBGE/PE, IPC-SEI/BA, ICV-DIEESE/SP.

c) Excluídos os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício.

d) Dados apurados entre janeiro de 2004 e setembro de 2005.

Quando examinados os ganhos por hora dos trabalhadores, torna-se mais evidente a desigualdade por cor do que pelo rendimento mensal, pois sobre a remuneração mensal menor recebida pelos negros, incide uma jornada de trabalho maior. Em 2004-2005, destacaram-se, nesse sentido, os casos das Regiões Metropolitanas de Salvador e de São Paulo, locais em que o rendimento médio real por hora auferido pelos negros correspondia a, respectivamente, 48,7% e 52,7% em relação ao dos não-negros. Nesse ano, a melhor situação, no que diz respeito à desigualdade de rendimentos, foi identificada em Porto Alegre, onde os ganhos da parcela negra dos

trabalhadores equivaliam a 69,3% do recebido pelos não-negros.

Ainda, para a parcela populacional negra, o rendimento por hora das mulheres sempre é, em média, menor que o do homem em todas as regiões analisadas. Mas quando os rendimentos médios das mulheres negras são comparados aos dos homens não-negros, que estão no topo da escala dos ganhos do trabalho, a duplicidade de discriminações – de raça e de gênero – torna-se inquestionável.

Em todas as regiões analisadas, o rendimento hora da mulher negra corresponde a não mais do que 61,2% daquele recebido pelos homens não-negros, como foi apurado em Porto Alegre, em 2004-2005. Na Região Metropolitana de Salvador, enquanto os homens não-negros recebiam, por hora, R\$ 8,08 em média, as negras recebiam R\$ 3,17, o que representava apenas 39,2% do rendimento médio por eles recebidos. (Tabela 3)

TABELA 3
Índice do rendimento hora médio mensal dos ocupados, por sexo e cor
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - Biênio 2004/2005
(em %)

Regiões metropolitanas e Distrito Federal	Mulheres negras	Homens negros	Mulheres não-negras	Homens não-negros
Belo Horizonte	48,9	66,2	80,4	100,0
Distrito Federal	50,8	63,9	78,0	100,0
Porto Alegre	61,2	68,8	86,4	100,0
Recife	53,3	67,6	82,1	100,0
Salvador	39,2	49,6	82,3	100,0
São Paulo	42,2	52,9	79,5	100,0

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Obs: a) Cor negra = pretos + pardos. Cor não-negra = brancos + amarelos.

b) Inflatores utilizados: IPCA-BH/IPEA, INPC-DF-IBGE, IPC-IEPE/RS, INPC-RMR/IBGE/PE, IPC-SEI/BA, ICV-DIEESE/SP.

c) Dados apurados entre janeiro de 2004 e setembro de 2005.

DIEESE

Direção Executiva

Carlos Andreu Ortiz – Presidente
STI. Metalúrgicas de São Paulo
João Vicente Silva Cayres – Vice-presidente
Sind. Metalúrgicos do ABC
Antonio Sabóia B. Junior – Secretário
SEE. Bancários de São Paulo
Mônica Oliveira L. Veloso – Diretora
STI. Metalúrgicas de Osasco
Paulo de Tarso G. Paixão – Diretor
STI. Energia Elétrica de Campinas
Zenaide Honório – Diretora
APEOESP
Pedro Celso Rosa – Diretor
STI. Metalúrgicas de Curitiba
Paulo de Tarso G. B. Costa – Diretor
Sind. Energia Elétrica da Bahia
Levi da Hora – Diretor
STI. Energia Elétrica de São Paulo
Carlos Donizeti França de Oliveira – Diretor
Femaco – FE em Asseio e Conservação do
Estado de São Paulo
Mara Luzia Feltes – Diretora
SEE. Assessoria Perícias e Porto Alegre
Célio Ferreira Malta – Diretor
STI. Metalúrgicas de Guarulhos

Eduardo Alves Pacheco – Diretor
CNTT/CUT

Direção técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico
Ademir Figueiredo – coordenador estudos e
desenvolvimento
Nelson C. Karam – coordenador de relações
sindicais
Francisco C. Oliveira – coordenador de pesquisas

Equipe técnica responsável

Ana Paula Sperotto
Edgard Fusaro
Lúcia Garcia
Mário Rodarte,
Marise P. Hoffmann
Patrícia Lino Costa
Thaiz Braga,
Iara Heger (revisão)